



SISBIOTA_{MAR}

REDE NACIONAL DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE MARINHA

Florianópolis, 2-2-2018

Prezados,

Venho, por meio desta, representando os cientistas ligados à Rede Nacional de Pesquisa em Biodiversidade Marinha – SISBIOTA-Mar (CNPq/MCTI; www.sisbiota.ufsc.br), que envolve sete universidades federais do Brasil e a Universidade de São Paulo (USP), além de contar com mais de trinta cientistas ligados à biologia marinha de todo o País, e muitos estudantes de graduação e pós-graduação, expressar nosso forte apoio à proposta de criação dos dois novos mosaicos de áreas marinhas protegidas no Brasil: um no Arquipélago Trindade e Martim Vaz (incluindo montes submarinos) e outro no Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

As ilhas oceânicas brasileiras são importantes refúgios para a biodiversidade marinha, além de repositórios de produtos naturais marinhos (potenciais fármacos) e genéticos únicos, assim como uma grande quantidade de espécies endêmicas (aquelas existentes somente ali). Comparativamente com ambientes costeiros do Brasil, as ilhas oceânicas ainda estão em um estado de conservação muito melhor (Morais *et al.* 2017), ou seja, são importantes laboratórios referência para comparações no futuro.

Em função de seu isolamento e pequena população, as ilhas oceânicas ainda se mantêm como refúgios únicos da vida marinha. Nas últimas décadas, porém, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Arquipélago de Trindade e Martin Vaz sofreram um esforço de pesca intenso, dizimando populações de peixes e elasmobrânquios (tubarões e raias), fato que vem preocupando a comunidade científica (ver Figuras 1; Luiz & Edwards, 2011; Pinheiro & Joyeux, 2015). Diferentemente da Reserva Biológica do Atol das Rocas e do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que possuem status de proteção integral, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Arquipélago de Trindade e Martin Vaz sofrem por pesca intensa (monitorada por pesquisadores nos últimos anos).



Figura 1. Pesca no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (acima) e Trindade e Martin Vaz (abaixo).

A iniciativa da criação de áreas de exclusão de pesca (Unidades de Conservação de Proteção Integral), como os MONAs (Monumentos Naturais) no entorno desses arquipélagos, pode finalmente dar uma resposta ao problema da sobrepesca e outros possíveis impactos, preservando assim esses patrimônios para as próximas gerações. Ressaltamos que as iniciativas do governo para expandir a rede nacional de áreas protegidas em suas águas jurisdicionais são importantes ações para reverter a situação dos últimos anos, durante os quais nenhuma unidade de conservação foi criada e algumas já estabelecidas foram até mesmo diminuídas.

É importante salientar que os ambientes que circundam os Arquipélagos são extremamente frágeis. Assim, para garantir a conservação e funcionamento ótimos das cadeias alimentares ali existentes, eles **não podem** estar sujeitos a nenhum tipo de uso direto. Portanto, é essencial que sejam protegidos através de Unidades de Conservação de **Proteção Integral**, como os Monumentos Naturais propostos, onde a pesca deverá ser proibida.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA), Unidades de Conservação de Uso Sustentável, servirão de zonas de amortecimento para os MONAs apenas e tão somente se estiver explícita em seus Decretos de Criação a exclusão de atividades com grande impacto ambiental, como é o caso da mineração, assegurando assim a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Caso contrário, as grandes APAs **pouco contribuirão** efetivamente para a conservação da biodiversidade das nossas ilhas.

Esses esforços pelo governo brasileiro são uma demonstração importante de que o Brasil está alinhado com recomendações internacionais preconizadas na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) e na Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Porém, é importante ressaltar que para atingir as metas da CDB o sistema de áreas protegidas marinhas do Brasil deverá ser representativo dos diferentes ecossistemas marinhos, protegendo 10% no mínimo de cada um deles.

Referências:

- Luiz, O.J. & Edwards, A.J. (2011) Extinction of a shark population in the archipelago of Saint Paul's Rocks (equatorial Atlantic) inferred from the historical record. *Biological Conservation*, 144: 2873-2881.
- Morais, R.A., Ferreira, C.E.L. & Floeter, S.R. (2017) Spatial patterns of fish standing biomass across Brazilian reefs, Southwestern Atlantic. *Journal of Fish Biology*, 91: 1642–1667.
- Pinheiro, H.T. & Joyeux, J.C. (2015) The role of recreational fishermen in the removal of target reef fishes. *Ocean & Coastal Management*, 112: 12-17.

Atenciosamente,



Dr. Sergio Ricardo Floeter
Professor Associado – Depto. de Ecologia e Zoologia
Coordenador do SISBIOTA-Mar
www.lbmm.ufsc.br
www.sisbiota.ufsc.br
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – SC
E-mail: sergio.floeter@ufsc.br





SISBIOTA MAR
REDE NACIONAL DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE MARINHA



LABORATÓRIO DE
ECOLOGIA
QUÍMICA
MARINHA | UFF

